



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO.

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa para:

Descrição
EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO DE INOVAÇÃO DE ITAJAÍ, compreendendo a execução das etapas de: Forros, urbanização, muros de arrimo, coberturas em laje treliçada, comunicação e lógica, segurança, equipamentos e aparelhos hidrosanitários, climatização, iluminação interna e externa, fornecimento e instalação de gerador de energia, tratamento de decks e assoalhos e limpeza geral da obra. O Centro de Inovação de Itajaí está localizado no Bairro Itaipava, nesta cidade, sendo a sua execução em conformidade com as especificações e memoriais anexos.

### 2. ANEXOS.

2.1. Fazem parte integrante e indissociável deste edital:

- Justificativa
- Memorial Descritivo
- Planilha Orçamentária
- Cronograma Físico-financeiro

**Todos os arquivos acima estão disponíveis online no endereço [www.itajai.sc.gov.br/plantas](http://www.itajai.sc.gov.br/plantas), em pasta zipada.**

### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários para a execução do objeto do presente processo licitatório correrão por conta do convênio nº 2014TR000752, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Itajaí.

### 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresas que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira

Secretaria de Obras e Serviços Municipais  
Rua José Pereira Liberato• 1899 • São João  
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina  
Fone: 47 3348-0303 • Fax 3348-0303  
[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br) • [sec.obras@itajai.sc.gov.br](mailto:sec.obras@itajai.sc.gov.br)



para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a PROPOSTA DE MENOR PREÇO GLOBAL.

- 4.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.
- 4.3. Será permitida a subcontratação dos serviços até o limite de 50% (Cinquenta por cento) do valor global da obra, nos itens a seguir especificados: **2- FORROS (3,85%); 4-SEGURANÇA E CFTV (0,78%); 5- COMUNICAÇÃO E LÓGICA (6,31%); 7- EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO (6,25%); 10- GRUPO GERADOR (3,65%)**. Neste caso a empresa deverá dispor de um técnico com experiência comprovada em tempo integral na obra atuando na supervisão dos serviços. A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contemplados na planilha do contrato independente de subcontratação ou execução direta.
- 4.4. A proponente deverá comprovar o capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido no valor de 10% do valor da obra, conforme o art. 31 da Lei 8.666/93.
- 4.5. A proponente deverá apresentar junto à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, a caução no valor de 5% no valor da obra, nas condições previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

## **5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

- 5.1. Certidão de inscrição da empresa (pessoa jurídica) e do(s) responsável(is) técnico(s) (pessoa física) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da região da sede da empresa.
- 5.2. Indicação do responsável técnico ou equipe de profissionais responsáveis técnicos que participarão da condução dos serviços.
- 5.3. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is), será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.
- 5.3.1. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.



5.3.2. Quando se tratar de autônomo, apresentar contrato de prestação de serviços com a empresa licitante.

5.3.3. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

5.4. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro(s) detentor(es) de atestado(s) e/ou certidão(ões) de responsabilidade técnica de execução do(s) serviços de obras a seguir relacionados:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/ SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	OBJETO CREA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
Execução de instalações elétricas, instalações preventivas de incêndio em edifícios comerciais ou residenciais.	53	500,00m <sup>2</sup>
Execução de muro de arrimo com altura de 1,00 à 4,00m.	53	400,00m <sup>2</sup>

5.5. Será permitida a apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) proveniente(s) de no máximo 02 (Dois) contratos, para atendimento das condições do quadro acima.

5.5.1. Somente serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.

5.5.2. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

5.6. Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

5.6.1. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;





- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

5.7. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela **Comissão de Licitação**.

#### 6. ORÇAMENTO ESTIMADO.

Descrição	Orçamento
CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, BAIRRO ITAIPAVA, ITAJAÍ-SC.	<b>R\$ 2.360.541,55</b>

6.1 – Propostas acima do orçamento estimado serão desclassificadas.

6.2 – As propostas deverão apresentar a composição de BDI contendo os seguintes itens:

<b>AC</b>	Taxa de Rateio da Administração Central	%
<b>DF</b>	Taxa de Despesas Financeiras	%
<b>R</b>	Taxa de Risco, seguro e garantia do empreendimento	%
<b>I</b>	Taxa de tributos	%
<b>L</b>	Taxa de Lucro	%

#### 7. EXAME DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS

7.1. As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:

7.1.1. Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;



- 7.1.2. Erros de transcrição das quantidades do Projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- 7.1.3. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- 7.1.4. Erro de adição: será retificado conservando as parcelas corretas e trocando-se a soma;
- 7.1.5. Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no menor valor.
- 7.2. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.
- 7.3. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelos Licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.
- 7.4. As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.
- 7.5. A empresa vencedora deverá em um prazo de 48h após a abertura da proposta, apresentar em meio digital, a planilha orçamentária da obra.
- 7.6. Atendida as condições do item acima, será considerado vencedor a proposta que resulte o **menor preço global** para a obra, e caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL.**

- 8.1. O prazo máximo para **execução do objeto será de 90 (Noventa) dias a contar da Ordem de Serviço**, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido. O **prazo Contratual** será de **180 (Cento e oitenta) dias**.



- 8.2. Em caso de atraso na execução da obra, sem comprovação de condições adversas ou casos fortuitos, a empresa ficará sujeita às sanções preceituadas da Lei 8.666/93, bem como a aplicação das penalidades previstas no contrato.

## 9. DAS MEDIÇÕES

- 9.1. As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.
- 9.2. O controle físico do andamento da obra será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no **Cronograma Físico-Financeiro da Obra**, podendo ser adequado conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Itajaí verificada no decorrer das obras.
- 9.3. Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).
- 9.4. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela Prefeitura Municipal de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: **Responsável Técnico** da licitante vencedora, pelo(s) **Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante**.

## 10. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. O primeiro pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante vencedora de que o contrato teve **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, efetuada no CREA-SC.
- 10.2. A licitante vencedora deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente na Prefeitura Municipal de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.





10.3. A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o mês de referência da medição realizada, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.

10.4. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

10.4.1. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

10.5. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

10.6. Por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, deverá ser fornecido um "as built" do Projeto Executado;

## **11. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

11.1. Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Itajaí e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da Prefeitura Municipal de Itajaí.

11.2. O Município de Itajaí, poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo



observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

- 11.3. A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

## **12. DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Itajaí, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante vencedora tal decisão, nos prazos e termos permitidos em lei.

## **13. DO RECEBIMENTO DA OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS**

- 13.1. Para o recebimento das obras e serviços e dos materiais fornecidos será designada uma comissão de recebimento, composta de no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, a seu critério.
- 13.2. O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante vencedora das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **14. DA RESCISÃO DO CONTRATO.**

- 14.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.





- 14.2. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.
15. A Secretaria Municipal de Administração deverá constar em contrato, o resumo da Súmula 331/2011 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o qual descreve a fiscalização necessária do cumprimento das obrigações trabalhistas, a fim de não responsabilizar o ente público. Conforme segue abaixo.

**“A Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho foi alterada. De acordo com a nova redação, a responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra as empresas terceirizadas não é mais automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu **de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas**”.**

A mesma sugere algumas rotinas de precaução, a saber:

1. Fazer constar na minuta dos contratos (de qualquer espécie, como o de obras, telefonia, vigilância, digitação, lixo, etc.) cláusula que condicione a liquidação e o pagamento da fatura pelo Município, à entrega de cópia xerográfica da folha de pagamento dos funcionários da empresa contratada, juntamente com a da guia de recolhimento do INSS, do FGTS e do PIS/COFINS, com a mesma competência;
2. Como o prazo limite para recolhimento das respectivas guias é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior;
3. Que nos contratos fique estabelecida a possibilidade de rescisão contratual sumária na falta de pagamento das obrigações patronais pela empresa contratada;
4. Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento;



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

5. Que os documentos apresentados sejam arquivados juntamente às notas de empenho (pelo prazo de 5 anos) a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária de que trata a súmula em questão – principalmente para servir de prova em processos judiciais.



**Engº Marcelo Schlickmann Souza**

Matr. 714104 - CREA-SC 034554-0

Secretaria de Obras e Serviços Municipais  
Rua José Pereira Liberato • 1899 • São João  
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina  
Fone: 47 3348-0303 • Fax 3348-0303  
[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br) • [sec.obras@itajai.sc.gov.br](mailto:sec.obras@itajai.sc.gov.br)